

History of the Major Events and Outlook for Global Governance

Izabella Teixeira

Histórico dos grandes eventos e perspectivas de governança global

Izabella Teixeira was Brazilian Environment Minister. She is MSC in energy planning and PhD in environmental planning (COPPE/UFRJ). She was environmental analyst at the Special Secretariat of the Environment (SEMA) and, later, at the Brazilian Institute of Environment and Renewable Natural Resources (IBAMA). She received the UN Champions of the Earth Award as Global Environmental Policy Leader (2013). She was elected co-chair of the UN Environment Programme International Resource Panel—IRP / UNEP (2017).

Izabella Teixeira foi ministra do Meio Ambiente do Brasil. É mestre em planejamento energético e doutora em planejamento ambiental pela Coppe/UFRJ. Foi analista ambiental na Secretaria Especial do Meio Ambiente (Sema) e, posteriormente, no Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Ganhou o prêmio ONU Campeões da Terra como liderança política global em meio ambiente (2013). Foi eleita copresidente do Painel de Recursos Naturais da ONU-Meio Ambiente – IRP/Unep (2017).

THE FIRST 25 YEARS

The world is in motion and in transformation. A dialogue with the future has always occupied humanity. The ambition to negotiate the future lies at the heart of politics. The future is neither blocked nor is it a fiction. However, it should not be perceived as a projection of the past. To the contrary, it partly will be the result of the choices and the paths adopted in current times. These choices are motivated by a diversity of factors and actors (men and women), of political contexts and social, economic and environmental realities, set forth through human relations, between societies and between countries.

Dialogue with the future in the second decade of the third millennium is occurring within the Anthropocene context, motivated by a diversity of topics and political platforms, in a geopolitical environment in transition and global governance undergoing transformation. The contours of this conversation are aligned with humanitarian conflicts, embedded social inequalities, risks and vulnerabilities to Nature's phenomena, the prospect of the Planet's finitude, the demand for new economies, technological innovation determining ways of life, integrating societies and people and establishing multiple and virtual realities, and the key question of whether the intended development is sustainable from the intergenerational perspective. At the end of the day, does the progress of the world have a future?

In order to negotiate the future, it is important and strategic to have a better understanding of the organization, connections and perspective of the problems announced, the recognition of the diversity of solutions and actors, the role of global civil society and the enhancement of international political cooperation in the various expressions of global governance. The balancing of contemporary dilemmas, particularly with regard to global issues, assigns global democratic governance an essential role. With worldwide society in movement and changing, it is healthy to question how much current international political spaces are sufficient or structured to deal with the challenges posed by these issues and the new geopolitical dynamics.

OS PRIMEIROS 25 ANOS

O mundo está em movimento e em transformação. O dialogar com o futuro sempre ocupou a Humanidade. A ambição de negociar o futuro está na essência do fazer Política. O futuro não está bloqueado e tão pouco é uma ficção. Porém, não deve ser percebido como uma projeção do passado. Ao contrário, em parte será resultado das escolhas e dos caminhos adotados nos tempos atuais. Essas escolhas são motivadas por uma diversidade de fatores e de atores (homens e mulheres), de contextos políticos e de realidades sociais, econômicas e ambientais, anunciados pelas relações humanas, entre sociedades e entre países.

O diálogo com o futuro na segunda década do terceiro milênio acontece no contexto do Antropoceno, motivado por uma diversidade de temas e de plataformas políticas, num ambiente geopolítico em transição e de governança global em transformação. Os contornos dessa conversa são alinhados por conflitos humanitários, desigualdades sociais enraizadas, riscos e vulnerabilidades aos fenômenos da natureza, perspectiva de finitude do planeta, demanda por novas economias, inovação tecnológica determinando os modos de viver, de integrar sociedades e pessoas e de estabelecer realidades múltiplas e virtuais, e o questionamento-chave se o desenvolvimento pretendido é sustentável na perspectiva intergeracional. Afinal, o progresso do mundo tem futuro?

Ao pretender negociar o futuro, é importante e estratégico termos um melhor entendimento da organização, das conexões e da perspectiva dos problemas anunciados, o reconhecimento da diversidade de soluções e de atores, do papel da sociedade civil global e a valorização da cooperação política internacional nas diversas expressões da governança global. O equacionamento dos dilemas da contemporaneidade, em particular no que se refere aos temas globais, determina papel essencial à governança global democrática. Com a sociedade global em movimento e em mudança, é saudável questionar o quanto os atuais espaços políticos internacionais são suficientes ou estão estruturados para lidar com os desafios impostos por esses temas e pelas novas dinâmicas geopolíticas.

The last decade of the 20th century was marked by a strong confidence in the potential of international cooperation, the appreciation of multilateralism and the recognition of democracy for the exercise of political power.¹ The United Nations Conference on Environment and Development held in Rio de Janeiro (ECO-92) in 1992 inaugurated a cycle of meetings of the entity during which new concepts were introduced (sustainability and the environment as global issues) and international agreements were signed in the fields of climate change, biodiversity and desertification. Throughout the 1990s, other multilateral agreements were adopted to address the topics of human rights, gender equality, cities and disarmament, defining rules, rights and duties. Certainly, a planetary democratic legacy for the new century was heralded.

The Rio de Janeiro Conference (ECO-92) is the result of the publication of the *Brundtland Report*, a central piece for understanding the environment as one of the challenges of contemporary times and comprehension of the global security concept, including the safety of people and the Planet. Far from an alarmist stance, ECO-92 promoted an innovative alignment between countries that is driven by sustainable development and not only by disrupting a way of producing and living on the Planet. It also evinced the emergence of a global society in the scenario and in the international public space. Those who lived through this moment understood that transnational problems required global solutions, ones not promoted exclusively between governments, and experienced the unique sensation that the world was beginning to head on a fairer course.

In addition to the essential financial and technological support to developing countries, the diplomatic negotiations that followed the Conference made clear the complexity of the implementation of the principles approved in Rio de Janeiro, in particular with regard to the historical responsibilities given to developed countries. In this context, there was a growing disappointment on the part of global civil society with the evolution of the international scene, demonstrating a position that was highly critical of the current political and economic processes. Multilateral institutions and the developed countries were assigned responsibilities. The criticism particularly was driven by the inability to cope with the discrepancies of globalization, the lack of transparency of international organizations and the absence of more effective mechanisms to control the globalized economy.

¹ Cardoso, 2005.

A última década do século XX foi marcada por uma forte confiança nas potencialidades da cooperação internacional, pela valorização do multilateralismo e pelo reconhecimento da democracia para o exercício do poder político.¹ A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento realizada no Rio de Janeiro (Eco-92), em 1992, inaugurou um ciclo de reuniões da entidade no qual novos conceitos foram introduzidos (sustentabilidade e meio ambiente como temas de dimensão global) e acordos internacionais foram firmados nas áreas de mudança do clima, biodiversidade e desertificação. Ao longo dos anos 1990, outros acordos multilaterais foram adotados para lidar com os temas de direitos humanos, igualdades de gênero, cidades e desarmamento, definindo-se regras, direitos e deveres. Certamente, um legado democrático planetário para o novo século que se anunciava.

A Conferência do Rio de Janeiro (Eco-92) é consequência da publicação do *Relatório Brundtland*, peça central para a compreensão da temática do meio ambiente como um dos desafios da contemporaneidade e o entendimento do conceito de segurança global compreendendo a segurança das pessoas e do Planeta. Longe de uma postura alarmista, a Eco-92 promoveu um alinhamento inovador entre os países orientado pelo desenvolvimento sustentável e não somente pela ruptura de uma maneira de produzir e de viver no Planeta. Evidenciou, ainda, a emergência da sociedade civil global no cenário e no espaço público internacional. Aqueles que viveram esse momento entenderam que problemas transnacionais requeriam soluções globais, não promovidas exclusivamente entre governos, e experimentaram a sensação única que o mundo começava a trilhar um rumo mais justo.

Além do imprescindível apoio financeiro e tecnológico aos países em desenvolvimento, as negociações diplomáticas que se seguiram à Conferência explicitaram a complexidade da implementação dos princípios aprovados no Rio de Janeiro, em particular no tocante às responsabilidades históricas conferidas aos países desenvolvidos. Nesse contexto, somou-se um crescente desapontamento por parte da sociedade civil global com a evolução do quadro internacional, numa postura acentuadamente crítica aos processos políticos e econômicos vigentes. Responsabilidades foram atribuídas às instituições multilaterais e aos países desenvolvidos. As críticas estavam orientadas particularmente pela incapacidade de enfrentamento dos desvios da globalização, a pouca transparência dos organismos internacionais e a carência de mecanismos mais efetivos de controle da economia globalizada.

¹ Cardoso, 2005.

In this context, in 2002 the Johannesburg Conference (World Summit on Sustainable Development, known informally by many as “Rio+10”) was convened with a view to establishing a plan to implement Rio 92’s commitments. The political message was clear: urgency, speed and robustness in the establishment of the agreed global consensus. As noted by André Corrêa do Lago,² in addition to reinforcing the three pillars of sustainability, Johannesburg demonstrated the close relationship between global agendas for trade, finance and the environment.

In 2012, the United Nations (UN) organized the Rio+20 Conference in Brazil, seeking to consolidate the strengthening of the sustainable development agenda as one of the central themes of contemporary times. The complexity of sustainability’s political dimension was explicit, going beyond the scientific and technical contours in what, essentially, was a diplomatic conference. It was shaped by a political and geopolitical reality very different from that experienced 20 years previously, whose ambition was to reorder the priorities of the global sustainable development agenda and the redefining of vision and responsibilities. The political expression of the environmental issue was consolidated, referenced as an ethical value with individual and collective responsibility not only in the future, but essentially also in the present. While, on the one hand, the better understanding of what has to be done in the medium and long term gained its own worth in the conference, on the other it was shown that it was not ethically acceptable to neglect, in the present, the environmental costs of development that usually were left to be paid by future generations. The opportunity to confront one of the shortcomings of the economic model followed over the last two centuries was made clear: the tendency to generate inequalities.

The Rio+20 Conference closed a cycle of major environment and development conferences initiated in 1972. The purpose of the United Nations Conference on the Human Environment, known as the Stockholm Conference, held in that year, was to provide a broad framework for understanding the issues relating to the topic. It took place in the historical context of a polarized global political order, marked by the strong questioning of both the development model adopted by the post-war West and the socialist model. Despite the disputes and divergences about the solutions under discussion, particularly by the

² Corrêa do Lago, 2013.

Nesse contexto, ocorreu em 2002, a convocação da Conferência de Joanesburgo (Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, denominada informalmente por muitos “Rio+10”), com o objetivo de estabelecer um plano de implementação dos compromissos da Rio 92. A mensagem política era clara: urgência, rapidez e robustez na implementação do consenso global pactuado. Como destaca André Corrêa do Lago,² Joanesburgo, além de reforçar os três pilares da sustentabilidade, demonstrou a estreita relação entre as agendas globais de comércio, financiamento e meio ambiente.

Em 2012, a Organização das Nações Unidas (ONU) fez realizar, no Brasil, a Conferência Rio+20, buscando a consolidação do fortalecimento da agenda de desenvolvimento sustentável como um dos temas centrais da contemporaneidade. A complexidade da dimensão política da sustentabilidade foi explicitada, indo além dos contornos científicos e técnicos, numa conferência essencialmente diplomática. Ela foi modelada por uma realidade política e geopolítica muito distinta daquela vivida 20 anos antes, com a ambição de reordenação de prioridades na agenda global do desenvolvimento sustentável e de redefinição de visão e de responsabilidades. A expressão política da questão ambiental consolidou-se, referenciada como valor ético e de responsabilidade individual e coletiva não somente no futuro, mas essencialmente no presente. Se, por um lado, a melhor compreensão do que deve ser feito em médio e longo prazo ganhou valor próprio na conferência, por outro evidenciou não ser eticamente aceitável deixar de considerar, no presente, os custos ambientais do desenvolvimento, que usualmente eram deixados para serem pagos pelas gerações futuras. Explicitou-se a oportunidade de enfrentar uma das falhas do modelo econômico seguido nos últimos dois séculos: a tendência de gerar desigualdades.

A Conferência Rio+20 encerrou um ciclo de grandes conferências sobre meio ambiente e desenvolvimento iniciado em 1972. A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, conhecida como Conferência de Estocolmo, que teve lugar naquele ano, teve como propósito oferecer um quadro de entendimento amplo sobre os problemas relativos ao tema. Realizou-se no contexto histórico da ordem política global polarizada, marcado pelo forte questionamento do modelo de desenvolvimento adotado pelo Ocidente pós-guerra e do modelo socialista. A despeito das disputas e divergências que as soluções buscadas, particularmente pela sociedade de países

² Corrêa do Lago, 2013.

Western countries, raising a number of different aspects regarding the modern industrial society, the Conference nevertheless revealed the need for drastic and even disruptive actions concerning preservation of the environment and population growth, contributing to the international community's increased awareness of environmental issues. The first step had been taken, in spite of the (fair) criticisms of emerging progressive civil society.

Stockholm+50 is approaching and in a very different world than the one existing in the 1970s. If, on the one hand, the environmental agenda has gained global political strength over the last fifty years, on the other hand its greatest asset may be its resilience. **By underscoring the distinction between universal and global principles for international cooperation**, worldwide awareness stemming from confronting planetary environmental issues is placing greater political pressure on the world's governance structures; this is particularly true with regard to the so-called global public goods, introducing ethical and moral values into the debate. There is strong questioning about whether the current structures and platforms of international cooperation are endowed with the necessary means and limits to enforce the rules, rights and duties that are indispensable not only for the international order but also for the security of people and the planet.

THE NEXT 25 YEARS: THE IMPORTANCE OF PROCESSES FOR GLOBAL GOVERNANCE

In order to have a dialogue about the future, we must understand two essential questions. First, sustainable development is the central challenge of contemporary times, and its essential topics are climate change, biodiversity conservation, sustainable production and consumption, economic development, the eradication of extreme poverty, the reduction of inequalities and the resilience of cities and health for all. And second, everything will unfold in an age of an interconnected global society, in which events and actions will come about with unprecedented speed and intensity.

ocidentais, ensejaram com diversos aspectos da sociedade industrial moderna, a Conferência revelou a necessidade de ações drásticas e até mesmo de ruptura nas áreas de preservação do meio ambiente e de crescimento demográfico, contribuindo para que a temática ambiental conquistasse a atenção da comunidade internacional. O primeiro passo foi dado, a despeito das (justas) críticas da sociedade civil progressista que emergia.

Estocolmo+50 se avizinha e num mundo muito distinto do que o vivido na década de 1970. Se, por um lado, a agenda de meio ambiente ganhou robustez política global nos últimos cinquenta anos, por outro a sua resiliência talvez seja o seu maior trunfo. **Ao destacar a distinção entre os valores universais e globais no âmbito da cooperação internacional**, a conscientização global decorrente do enfrentamento dos problemas ambientais planetários passa a exercer pressão política crescente sobre as estruturas de governança global, particularmente no que diz respeito aos chamados bens públicos globais, atribuindo valor ético e moral ao debate. Observa-se um forte questionamento se as atuais estruturas e plataformas de cooperação internacional estão dotadas dos meios e dos limites necessários para fazer valer normas, direitos e deveres imprescindíveis não somente à ordem internacional, mas também à segurança das pessoas e do planeta.

OS PRÓXIMOS 25 ANOS: A IMPORTÂNCIA DOS PROCESSOS PARA A GOVERNANÇA GLOBAL

Para dialogar com o futuro, é preciso compreender duas questões essenciais. Em primeiro lugar, o desenvolvimento sustentável é o desafio central dos tempos contemporâneos, tendo as mudanças do clima, a conservação da biodiversidade, a produção e o consumo sustentável, o desenvolvimento econômico, a erradicação da pobreza extrema, a redução das desigualdades e a inclusão social, a resiliência das cidades e saúde para todos como temas essenciais. E, em segundo lugar, tudo se desenvolverá numa era de sociedade global interconectada em que os eventos e ações acontecerão numa velocidade e numa intensidade sem precedentes.

According to Jeffrey Sachs,³ contemporary societies already share the benefits of the new information age along with the fears of global environmental and climatic disruption. The way we produce, live and relate are in transformation, with new opportunities and risks. In this context, he suggests that we have reached the Era of Sustainable Development, marked by the physical transformations of the Earth (climate, biodiversity and air, soil and ocean chemistry) caused by mankind and by the global awareness motivated by the scientific knowledge that we are moving steadily beyond the planet's limitations. It is the **transition of nature** marked by uncertainty, by the impairment of ecosystemic functions, by the vulnerabilities associated with natural disasters, and by climate, water, energy, food transitions and the demand for resilient cities.

The changes in geopolitics also are moving in the direction of multipolarity, with innovative regional arrangements shaped by confronting social, economic, commercial, humanitarian, security and peace issues, and potential environmental and climatic disruption. The geopolitical transition also exposes the inadequacies of global governance systems to face the urgency of the future that is shaping up. This picture suggests that any analysis of the future requires concepts and principles resulting from the new international relations and the emerging expressions of power in a world in transition. On the sustainability agenda, the demand for renewed multilateralism and/or new international governance arrangements that allow for effective responses to the problems which threaten the global public goods that ensure life on the Planet is increasingly evident.

The challenges associated with coping with climate change and the unprecedented loss of biodiversity reveal the inadequacy of current multilateral cooperation platforms and arrangements for adopting effective and progressive actions that will reverse the current trends in environmental and climate disruption, with the priority and urgency that science has been showing. How can we deal with the political and temporal dysfunction between the interest (global awareness and the need to limit the temperature rise to 1.5° Celsius) and the norm (Framework Convention on Climate Change), in which not doing so or

³ Sachs, 2015.

Segundo Jeffrey Sachs,³ as sociedades contemporâneas já compartilham os benefícios da nova era da informação e também os medos da disruptura ambiental e climática de escala global. O jeito de produzir, de viver e de se relacionar está em transformação, com novas oportunidades e riscos. Nesse contexto, sugere que chegamos à Era do Desenvolvimento Sustentável, marcada pelas transformações físicas da Terra (clima, biodiversidade e química do ar, dos solos e dos oceanos) provocadas pelo homem e pela conscientização global motivada pelo conhecimento científico de que caminhamos a passos largos para além dos limites do planeta. É a transição da natureza marcada pela incerteza, pelo comprometimento das funções ecossistêmicas, pelas vulnerabilidades associadas aos desastres naturais e pelas transições climática, hídrica, energética, alimentar e a demanda por cidades resilientes.

As mudanças na geopolítica também estão acontecendo na direção da multipolaridade, com arranjos regionais inovadores modelados pelo enfrentamento das questões sociais, econômicas, comerciais, humanitárias, de segurança e paz e pela possível disruptura ambiental e climática. A transição geopolítica desnuda, ainda, as insuficiências dos sistemas de governança global para fazer frente à urgência do futuro que se insinua. Esse quadro sugere que qualquer análise do futuro requer conceitos e princípios resultantes das novas relações internacionais e das expressões emergentes de poder em um mundo em transição. Na agenda da sustentabilidade, é cada vez mais evidente a demanda por um multilateralismo renovado e/ou por novos arranjos de governança internacional que permitam obter respostas efetivas para o enfrentamento dos problemas que ameaçam os bens públicos globais que asseguram a vida no Planeta.

Os desafios associados ao enfrentamento às mudanças do clima e à perda sem precedentes da biodiversidade revelam a insuficiência das atuais plataformas e arranjos da cooperação multilateral para a adoção de ações efetivas e progressivas que levem à reversão das atuais tendências de disruptura ambiental e climática, com a prioridade e a urgência que a ciência evidencia. Como lidar com a disfunção política e temporal entre o interesse (conscientização global e a necessidade do limite do aumento da temperatura a 1,5° graus Celsius) e a norma (a Convenção-Quadro de Mudança do Clima), em

³ Sachs, 2015.

falling short of the demand for global awareness can be seen as part of the rights of the countries that are signatories to the Convention on Climate Change?

A strategic milestone in global climate governance, the Paris Agreement is an important step towards the Sustainable Development Era. **The key issue is to make the agreement happen and move forward with the dialogue on new arrangements and climate regimes by 2030.** Since its adoption in 2015, changes in the global geopolitical framework have added pressure on the priority of addressing climate change. If, on one hand, the effort to assure that the implementation of all of the Agreement's rules negotiated and adopted under the Framework Convention is happening, on the other "climate multilateralism" has been exposed to unilateral actions by countries geared towards weakening them.

The efforts of global climate governance no longer are confined to the multilateralism spaces of its political constituency. The topic has been gaining traction in other global governance dominions, such as the G7, G20, the Organization for Economic Cooperation and Development (OECD), the BRICS, the International Monetary Fund (IMF), development banks and international economic forums, among others, with its own processes of political prioritization and changes in the global economy. Even so, the issue is still not strategic in many countries, it faces disbelief stimulated by political populism and competes with global issues that seek immediate solutions, such as social justice (including migration), trade wars, economic growth and security. The emergence of a **new political moment** as of when the Paris Agreement entered into force is strategic due to its firm and coordinated implementation, for the increased ambition by the signatory countries, and because of the promising role of global civil society.

In this context, the strong engagement not only of developed countries (historically the largest global emitters of greenhouse gases), but also of emerging countries is challenging. This may require reforms in global governance (and not just in climate multilateralism), with greater participation of these countries in the definition of the norms and rules of a new global order and the possible rise of other multilateral institutions. It is about the emergence of a new reality of international cooperation

que o não fazer ou fazer a quem da demanda da conscientização global pode ser visto como parte dos direitos dos países signatários da Convenção de Mudança do Clima?

Um marco estratégico na governança global de clima, o Acordo de Paris é um passo importante para a Era do Desenvolvimento Sustentável. **A questão essencial é fazer o Acordo acontecer e avançarmos no diálogo sobre novos arranjos e regimes climáticos até 2030.** Desde a sua adoção, em 2015, mudanças no quadro geopolítico global vêm acrescentando pressão sobre a prioridade do enfrentamento às mudanças do clima. Se, por um lado, o esforço de fazer o Acordo ter todas as suas regras de implementação negociadas e adotadas no âmbito da Convenção-Quadro está acontecendo, por outro o "multilateralismo do clima" tem sido exposto a ações unilaterais de países voltadas à sua fragilização.

Os esforços da governança global de clima não mais se limitam aos espaços do multilateralismo da sua *constituency* política. O tema vem ganhando ênfase em outros domínios de governança global como o G7, G20, Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Brics, Fundo Monetário Internacional (FMI), bancos de desenvolvimento, fóruns econômicos internacionais, dentre outros, com narrativas próprias para processos de priorização política e de mudanças na economia global. Mesmo assim, o tema ainda não é estratégico em muitos países; enfrenta descrenças estimuladas pelo populismo político e concorre com temas globais que buscam soluções imediatas como justiça social (inclusive migrações), guerras comerciais, crescimento econômico e segurança. A emergência de **um novo momento político** quando da vigência do Acordo de Paris revela-se estratégica para a sua implementação firme e coordenada, para o aumento de ambição por parte dos países signatários e para o promissor papel da sociedade civil global.

Nesse contexto, é desafiador o forte engajamento não somente dos países desenvolvidos (historicamente os maiores emissores globais de gases de efeito estufa), mas também dos países emergentes. Isso poderá requerer reformas na governança global (e não somente no multilateralismo do clima), com maior participação desses países na definição de normas e regras de uma nova ordem global e a possível ascensão de outras instituições multilaterais. Trata-se da emergência de uma nova realidade de cooperação

that, possibly, will require adaptation processes during the negotiation process, the agreeing to compromises and results demanded by the role played by global civil society and by the uncertainties/vulnerabilities that already are insinuating themselves as a result of the transition of nature.

With regard to sustainability, in the coming years, processes resulting from the priorities agreed to by the international community at the Rio+20 Conference are being developed: eradication of poverty, promotion of sustainable production and consumption patterns and natural resources protection and management. Among the main processes within the framework of global governance resulting from the Conference is the High Level Political Forum. The key question is whether this political space will gain strategic expression to advance Agenda 2030 and the achievement of the Sustainable Development Goals, pursuant to an international governance outlook that no longer is limited to the roles of governments and global civil society, but rather with the private sector's clear engagement and commitment. Guided by principles and values such as accountability, transparency, participation, commitment/responsibility and the internalization of costs and externalities in the present, and no longer transferring the burden to future generations, the global governance that emerges from this process reinforces the demand for innovative ways of cooperation and for the rupturing of the consolidated models and reductionist views of the world in the 21st century.

FINAL CONSIDERATIONS

The dialogue with the future must be guided by acting now to implement solutions, because the future is already here in the present, although not widely visible in all the corners of the Planet. It is undeniable that society is on the move and that global awareness is pressing for urgent changes that ensure the political credibility of international cooperation. Climate change, biodiversity and sustainable development need to be linked and guided by the irreversibility of their principles and values. Addressing the challenges and trade-offs arising from the geopolitical transition and their respective global governance impacts requires a new set of meanings for political leaders and ambitions.

internacional que, possivelmente, demandará processos de adaptação na trajetória de negociação, de pactuação de compromissos e de resultados pleiteados pelo papel exercido pela sociedade civil global e pelas incertezas/vulnerabilidades que já se insinuam decorrentes da transição da natureza.

No tocante à sustentabilidade, desdobram-se nos próximos anos processos resultantes das prioridades acordadas pela comunidade internacional na Conferência Rio+20: a erradicação da pobreza, a promoção de padrões sustentáveis de produção e de consumo e a proteção e gestão dos recursos naturais. Entre os principais processos no âmbito da governança global resultantes da Conferência está o Fórum Político de Alto Nível. A questão-chave é se esse espaço político ganhará expressão estratégica para fazer avançar a Agenda 2030 e a consecução dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, segundo uma perspectiva de governança internacional não mais limitada aos papéis dos governos e da sociedade civil global, mas com claro engajamento e comprometimento do setor privado. Orientada por princípios e valores como *accountability*, transparência, participação, compromisso/responsabilidade e internalização de custos e de externalidades no presente e não mais transferindo o ônus para as futuras gerações, a governança global que emerge desse processo reforça a demanda por caminhos inovadores de cooperação internacional e por rupturas dos modelos consolidados e de visões reducionistas do mundo no século XXI.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O diálogo com o futuro deve estar orientado pelo agir agora na implementação de soluções, porque o futuro já se faz presente, embora não esteja amplamente visível em todos os cantos do Planeta. É inegável que a sociedade está em movimento e que a conscientização global pressiona por mudanças urgentes que assegurem a credibilidade política da cooperação internacional. Mudanças do clima, biodiversidade e desenvolvimento sustentável precisam estar interconectados e orientados pela irreversibilidade dos seus princípios e valores. O enfrentamento dos desafios e *trade-offs* decorrentes da transição geopolítica e os respectivos impactos na governança global demandam novos significados para a liderança e ambição política.

There is no way of continuing to have a dialogue only with specific political constituencies to address specific environmental problems, because the necessary solutions are not limited to the environmental dimension. Moving beyond the “already converted” is a strategic decision. And this requires urgent changes in the way international negotiations are conducted, in particular regarding the attribution of responsibilities, rights and duties. One can not ignore the growing political tension that is required to act nationally, driven by global effects and possible regional benefits. The Era of Sustainable Development is bringing about a planetary awareness guided by global values, marked by the political will to overcome the crisis we are experiencing and, perhaps, by the expression of a new Humanism, in a future shared by all in harmony with nature, people and societies. Global governance must be renewed to fulfill its role in achieving this ambition, offering legitimate space to the actions of the many responsible actors, while also fostering strengthened alliances and global political action networks.

Não há como continuar dialogando somente com *constituencies* políticas próprias para o encaminhamento de problemas ambientais específicos, pois as soluções necessárias não se circunscrevem à dimensão do meio ambiente. Faz-se estratégico ir além dos “convertidos”. E isso requer mudanças urgentes no modo de negociar internacionalmente, em particular na atribuição de responsabilidades, direitos e deveres. Não se pode ignorar a crescente tensão política que se impõe para o agir nacionalmente orientado por efeitos globais e possíveis benefícios regionais. A Era do Desenvolvimento Sustentável faz emergir uma conscientização planetária orientada por valores globais, marcada pela vontade política da superação da crise que vivemos e, talvez, pela expressão de um novo Humanismo, em um futuro compartilhado por todos em harmonia com a natureza, as pessoas e as sociedades. Que a governança global se renove para cumprir o seu papel na consecução dessa ambição, conferindo espaços legítimos à ação dos múltiplos atores responsáveis, propiciando, ainda, o fortalecimento de alianças e redes de ação política global.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAPHY

- CARDOSO, F.H. *et. al.* 2005.
Por uma Governança Global Democrática. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 175p.
- CORRÊA DO LAGO, A.A. 2013.
Conferências do Desenvolvimento Sustentável. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.
- SACHS, J. 2015. *The Age of Sustainable Development*. Nova York: Columbia University Press.